

LEVIN, E.

Clínica e educação com as crianças do outro espelho

Petrópolis, RJ: Vozes, 2005



Mais uma vez a coleção Psicanálise e Educação nos apresenta o mais recente trabalho de Esteban Levin, autor de vários trabalhos publicados no Brasil, cuja marca registrada é sua ousadia clínica, testemunhada por suas produções acerca dos espelhos e labirintos da infância.

No presente livro, o autor nos instiga a adentrar o universo infantil das crianças do Outro espelho, problematizando as condições estruturais e instrumentais necessárias para a constituição do sujeito criança.

Nessa investigação, o autor indaga o discurso hegemônico atual, que classifica, tipifica, assim como produz inúmeros diagnósticos que visam “enquadrar” as crianças que parecem não cumprir o itinerário esperado de uma criança dita *normal*.

Algumas vezes, a razão para o descumprimento é da ordem do orgânico; outras vezes, é da ordem de um impasse na constituição subjetiva, ou então, um dano real acompanhado de uma problemática psíquica. Pois bem, esse contexto ainda vem seguido de orientações, prescrições e prognósticos por parte de diversos especialistas - supostos detentores de um saber sobre essas crianças - que não poucas

■ Psicóloga, mestranda em Psicologia e Educação na FEUSP
Professora do curso de Psicologia da Universidade
Regional de Blumenau – FURB.

vezes deixam de ser Pedro, Maria e Joana para tornarem-se Asperger, Down e até mesmo um TDH.

A partir de sua clínica, Levin apresenta seus encontros e desencontros com esses pequenos sujeitos, assim como suas angústias, questionamentos e apostas, diante de situações não poucas vezes comoventes: crianças que caem e não sentem dor, se movimentam no vazio, atiram objetos sem parar, denunciando o gozo contínuo e fixo, desprovido do laço com o Outro.

Ele observa que, nas *crianças do outro espelho*, o laço constituinte e necessário para a operação de um sujeito do desejo na criança é substituído pelo laço com um Outro absoluto, um Outro ciência, representado pelos diversos especialistas, supostos detentores de um saber sobre o infantil. “Assim, a criança vira objeto de amor eterno ou objeto de pesquisa científica, objeto da pedagogia, objeto especial. A criança ‘deficiente’ é um objeto que sobra desse Outro que se compraz em sua excepcionalidade e seu mal-estar.” (p. 93) A ciência goza com novos diagnósticos, assim como o psicanalista goza, quando é ele quem sabe sobre a criança. A questão que o livro nos indaga é sobre como se posicionar frente a uma criança, sem a ela se endereçar como especialista.

Na medida em que o filho-criança torna-se um objeto nomeado por uma nomenclatura especializada, o cenário familiar necessário para uma “familiarização”, para uma identificação e, portanto, para a introdução da criança na cena familiar, é substituído por uma outra cena “especializada”, que acaba excluindo os “não” especialistas no assunto, nesse caso, os pais ou quem cumpra essa função para a criança. Nessa outra cena “especializada”, o filho é um estrangeiro, que em vez de despertar nos pais um desejo de saber sobre sua *diferença*¹ essa mesmíssima diferença, quando encarnada no real, é tomada como a confirmação da impossibilidade de vir a conhecê-lo. Nessa lógica, os atos da criança, em vez de serem capturados numa rede discursiva capaz de metaforizar, produzir significações para seus atos, transformando-os em demandas, acabam sendo tomados como atos próprios de determinadas patologias, que a criança, sem outras possibilidades, encena de uma forma mortífera.

Desse modo, o autor convida o leitor a refletir sobre as possibilidades de entrar nessa outra cena, de contatar o outro espelho para aí produzir uma antecipação subjetiva, capaz de situar o ato da criança num Outro lugar. Antecipar um sujeito, para aí sim, encontrar-se com ele.

Como podemos perceber, trata-se de uma aposta que aponta para a possibilidade de situar a criança num outro espelho, diverso do lugar fixo da estereotipia e da imutabilidade dos atos sem sujei-

to. Entretanto, toda aposta é um risco, na medida em que *não* permite a colocação de um ganho *a priori*. Caso contrário, o único ganho seria narcísico, mas à custa de se perder o sujeito, em nome da produção de automatismo comportamental que sustente a ilusão de tornar *o estranho um pouco familiar*.

Com base nessa realidade, este trabalho aponta para a necessidade de nos arriscarmos junto à criança, para a necessidade de entrar em cena e ajudá-la a construir um outro espelho através do laço com o Outro.

Conforme o autor, não é a criança quem cria a imagem, mas a imagem que inventa a criança, num efeito de acontecimento. Mas, para entrar em cena, produzir um Outro espelho, é necessário que possamos pôr de lado nossos preconceitos e deixar-nos transbordar pelo universo da criança, mesmo que isso pareça absurdo e desmedido. “Muitas vezes lancei mão de estereotipar com a criança - pois essa era a única janela de acesso -, olhando com ela cegamente para uma luz, o branco do nada, movendo um objeto, gritando, girando no vazio, balançando meu corpo de modo mecânico, rítmico, insano. E somente com base naquilo, na exorbitância, deixando-me transbordar pela plenitude prazerosa e sofrida, nessa solidão de imobilismo obscenamente indiferente eu pude antecipar um sujeito e iniciar um vínculo de transferência. (p. 20)

Este desafio constitui para o autor a condição essencial para que se possa penetrar nesse outro espelho, cujas crianças estão incapacitadas para construir o infantil da infância. São crianças que se encontram presas na pura repetição, na estereotipia que as mantém fixas no mesmo lugar. E, se o tempo não passa, não há história para contar, mas um conto que não conta.

As crianças do outro espelho, ao serem tomadas pelo discurso especializado, por um espelho que não reflete, ficam impossibilitadas de produzir uma cena capaz de inventá-las de um outro modo. Nesse discurso, elas ficam na sombra das Outras crianças ditas *normais*, em que se tenta apagar a qualquer custo a diferença, seja ela uma patologia, um gesto estranho, uma palavra sem sentido. Logo, qualquer produção da criança é tomada com referência a essa Outra que não veio, ficando evidenciado de início, não o que ela pode, mas justamente o que ela não pode.

Levin nos propõe justamente o contrário. Não se trata de se afastar daquilo que as crianças não podem, mas tomar como ponto de partida aquilo que elas podem encenar, mesmo que pareça absurdo e caótico.

Para desenvolver sua interrogação, ele investiga a constituição do sujeito sob o prisma das diferentes temporalidades da infância, ressaltando a importância do aspecto sensitivo-motor como uma

das dimensões estruturantes do sujeito. Situa a problemática relativa ao modo de pensar o desenvolvimento da criança como obedecendo a um ordenamento uniforme e padronizado, situando as aquisições de ordem instrumental como dependentes de uma *cena* que possa estruturá-las, na medida em que dependem do laço com o Outro.

Nessa estrutura, é a criança tomada como filho que faz desses outros pai e mãe. O problema é que às vezes, por uma marca no real, ou por um dano imaginário, os pais se encontram impossibilitados de reconhecer essa criança como seu filho e, portanto, não podem se reconhecer como pai e como mãe. Em outras palavras, é o funcionamento cênico do filho que fica comprometido, e não poucas vezes impossibilitado, quando sua filiação deixa de ser familiar para se tornar científica. A criança aí é nomeada como *filho* da ciência e, portanto, capturada como objeto do discurso especializado, *não podendo* estar em cena como sujeito.

Nesse contexto, o trabalho de Levin adquire extrema relevância, já que se situa na contramão da atual hegemonia discursiva ou excesso de iluminismo pedagógico, que convoca de forma maciça pais e educadores a se endereçarem como especialistas junto à criança, do mesmo modo que impele a criança a responder de forma harmônica e adequada às etapas e fases estabelecidas pelas teorias do desenvolvimento. Isto é, a criança é convocada a responder como objeto do discurso científico.

Entretanto, quando o Outro parental se endereça a uma criança, o

faz em nome de uma dívida simbólica, de um desejo capaz de antecipar, decodificar e interpretar os atos da criança como gestos significantes. É necessária a produção de um saber sobre a criança, que permita ao Outro parental, não apenas tomá-la como seu filho, mas indagá-la como sujeito.

Na medida em que uma mãe fala pela criança e sobre a criança, oferece a ela as condições para que esta venha a falar onde é falada. Mas, se essa mãe indaga a criança é porque não sabe tudo e, por isso, espera dela uma resposta, na qual o pequeno responde de fato falando. Nas palavras de Levin, é por meio desse “diálogo cênico ficcional simbólico” que a criança poderá advir como sujeito. Não obstante, como conversar com uma criança se ela não responde?

Ao tomar o filho criança como espelho, o Outro parental vê refletida sua própria imagem. Por isso, uma mãe se endereça de modo transitivo à criança, colocando-se no lugar dela e falando por ela, para aí poder reconhecer-se como mãe. “Este saber atribuído ao bebê é que permite ao Outro materno exercer sua necessária loucura cênica: a de deixar-se transbordar pelo bebê, colocando-se no lugar dele e falando, brincando ou respondendo como se fosse ele” (p. 33), com a condição de que essa mulher possa se deslocar da condição de filha, deixando-se fabricar como mãe por essa criança.

O agente da função materna, ao antecipar o puro reflexo como um pedido a ela endereçado, confirma-se como mãe e faz da criança seu filho. Conforme assinala o autor, trata-se de um duplo espelho, no qual a mulher reconhece a criança como filho e se reconhece como mãe. Esse cenário ao qual chamamos estrutura familiar, não se confunde e nem deveria ser confundido com o modelo de família hegemonicamente idealizado, próprio da nostalgia do neurótico, que pressupõe lugares pré-estabelecidos e um modo ideal de ocupação desses lugares.

Trata-se de uma estrutura constituída por funções simbólicas, portanto, funções de nomeação, que, na medida em que nomeia um elemento da estrutura, denomina todos os outros. Em outras palavras, não há um valor absoluto na função, mas um valor relativo. Assim como não há uma mãe ou um pai em si mesmos, mas uma mãe e um pai que são nomeados por um filho e vice-versa. Eis toda a diferença! Como assinala o autor, um filho só existe na invenção de seus pais, e os pais só existem na invenção de um filho. Uma existência ficcional e simbólica. No entanto, o que atualmente o discurso hegemônico propõe?

O discurso cientificamente orientado propõe que haveria um modo adequado de responder como pai, como mãe e como

filho. Propõe um valor absoluto e não relativo para essas funções. Logo, convida os sujeitos a se posicionarem como super pai e super mãe, convocando a criança a responder como super filho. Em outras palavras, incita a família a um funcionamento especializado, em que qualquer falta, qualquer diferença - já que a condição de “super” não comporta - pode colocar todos em desamparo! Aqui, o ideal - em vez de possibilitar, convertendo-se em falta, portanto, em desejo - impossibilita, na medida em que é impossível encarná-lo de fato. Aqui a falta é tomada imaginariamente, transformando a impossibilidade em impotência.

Nessa lógica discursiva, o nascimento de um filho com um dano real questiona o narcisismo e o ideal dos pais. Até porque, como ser super pai e super mãe com um filho “danificado”? O que fica comprometido então é o laço e o funcionamento cênico do filho, que corre o risco de vir a ser abandonado em nome do Outro que não veio. O dano real vem acompanhado de um dano imaginário, e os pais se recusam a filiar essa criança, já que nomeá-la como filho implicaria questioná-los no ideal de pai e mãe.

O nascimento de uma criança necessariamente comporta um trabalho de luto por parte dos pais. A criança que nasce nunca coincide com a criança idealizada. Mas, quando a criança nasce com uma patologia, fica muito difícil para os pais elaborar o luto da criança que não veio, impossibilitando-os de situá-la em uma genealogia. A criança aca-

ba tornando-se filha da deficiência da qual é portadora. A filiação passa ser a síndrome e não os pais.

Conforme Levin, há uma sobreposição da condição de filho e da deficiência, que transforma a criança num “filho deficiente”, situado num lugar fixo na trama familiar. Nesse lugar, a criança sofre, não da deficiência, mas do não lugar, do anonimato e da indiferença na qual é tomada. Aqui o espelho - discurso e olhar do Outro - não reflete. Torna-se um espelho opaco onde se pode escrever apenas o nome da deficiência.

O trabalho de luto torna-se uma urgência. É somente através do luto da criança que não veio que pais podem nomear essa criança como seu filho. Esse luto implica poder separar a sobreposição *filho e deficiência*. Não se trata, portanto, de negar a diferença. Mas de colocá-la em outro lugar - como limite e não como causa. De recuperar o filho fora da deficiência.

Portanto, o que é colocado em cena neste livro é a necessidade de (re)elaboração de um projeto específico para cada criança. “Eis o grande desafio: como se pode pretender que a criança seja criativa e aprenda, se as pessoas que cuidam dela não suportam o não saber e lançam mão de ritualizações, hegemonias teóricas ou dogmatismos técnicos, cognitivos, didáticos e pedagógicos?” (p. 264) Será possível suportar o não saber?

Sobre essa questão, Levin nos adverte que uma das maiores dificuldades que enfrentamos no trabalho com as crianças do outro espelho reside na incapacidade das mesmas em se (des)conhecer para produzir algo diferente e se representar de outro modo. Por isso, é fundamental que esses “outros” que se ocupam da criança - educadores, terapeutas, psicanalistas, etc. - também se permitam sair de seu lugar e entrar em cena com a criança. Um Outro lugar no qual se possa tomar o não senso da produção da criança numa série discursiva, permitindo que o outro e a criança possam se “inventar” de um modo diferente. O que não é tarefa simples, pois, atualmente, até mesmo as produções cênicas da criança, suas brincadeiras infantis têm sido vistas, não poucas vezes, como técnicas psicopedagógicas!

Por isso a necessidade de entrar em cena com a criança, deixar-se capturar pelo seu universo infantil e com ela produzir outras significações, de modo que se possa tomar uma estereotipia como um gesto dirigido ao Outro, que possa lê-la e interpretá-la.

De acordo com o autor, permitir que as realizações da criança tenham outros sentidos, outros espelhos. Mas, para isso, é preciso que esse Outro espelho esteja em cena com a criança, para que, quando esta caia, o espelho possa dizer que dói. Quando esta bata num brinquedo, este possa sentir dor. Para que, quando a criança olhe para a luz, esta lhe diga: “Bom dia!”.

Nesse cenário encantador apresentado pelo autor, as plantas falam, as cadeiras tornam-se automóveis, as poltronas, monstros terríveis, assim como o próprio consultório, uma grande floresta, nos instigando a encenar a *loucura necessária* proposta por Winnicott de antecipar um sujeito para além do que o *infans* possa na realidade.

Ao ver seus atos tomados discursivamente pelo Outro, a criança pode se posicionar de um outro modo, na medida em que aí é desejada. Nessa cena, ela pode ser Outra e se inventar de um modo diferente. Ela pode ser um piloto de avião, uma professora, um motorista de ônibus, desde que alguém dê sustentação simbólica para a cena, desde que alguém possa ver de outro modo a produção da criança, transformando o “lá, lá, lá” de uma estereotipia numa bela melodia infantil.

Como assinalamos no início, Levin é ousado ao propor que não se trata de afastar a estereotipia da criança, mas que possamos estereotipar com ela. Deixarmo-nos cair na desmedida, no não sentido, para poder aí, junto com ela, montar uma Outra cena. Mesmo correndo o risco de não saber o que se passa, de angustiarmo-nos, de nos depararmos com o vazio do não saber. Eis aqui a regra fundamental da transferência, de não nos confundirmos com o saber suposto a nós. Caso contrário, corremos o risco de nos dirigirmos a uma criança como especialistas e ficarmos presos a um saber pré-estabelecido que certamente em nada nos ajuda a entrar em cena com os pequenos.

Não se trata de que a teoria venha a confirmar a clínica, mas que a clínica possa constantemente colocar em xeque a teoria. Por isso, “O desejo do terapeuta terá de entrar em cena com toda a sua enigmática força, sustentando o cenário que motoriza a imagem desejante da criança” (p. 183). O que difere radicalmente da busca por resultados, que só tem como objetivo o gozo e o retorno narcísico do terapeuta, o que para a criança vai resultar na substituição de uma estereotipia por outra.

Eis aí o grande desafio apresentado pelo livro e no qual somos intimados a nos envolver, principalmente numa época em que o discurso hegemônico é a busca por resultados imediatos, aliás, quanto mais rápidos, melhor! ■

NOTA

¹ Diferença que toda criança denuncia, na medida em que nasce do mal entendido da diferença dos sexos.

Recebido em abril/2005.

Aceito em maio/2005.